

---

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS -  
CTCOB  
ATA DA 39ª REUNIÃO**

Data: 27 de outubro de 2005

Local: SANASA- Campinas

**PARTICIPANTES:**

- Ministério da Integração Nacional: Daniel Vilani- (dzvilani@hotmail.com)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA – ANA: Pedro Carlos Poccianti- (pedro@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA: Rodrigo Speziali(speziali.rodrico@cnrh-srh.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – SP/RJ: - Eliseu Itiro Ayabe- (eliseu@sigrh.sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- PR/MT- (eneas@pr.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Décio Michellis Júnior (decio.michellis@gruporede.com.br)
- Usuário/Indústria: Patrícia Helena Gambogi Boson: (tita@net.em.com.br)
- Usuário/Irrigantes- Jairo dos Santos Lousa- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Setor Pescadores e Usuarios de Água para Lazer e Turismo- Renata Miranda Coelho- (coelhorenata@bol.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrograficas-Luiz Roberto Moretti-(lmoretti@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas- Francisco Carlos Castro Lahóz- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa- SynaraA.Olendzki Broch- (synara@uol.com.br)

**CONVIDADOS:**

- Valéria Almeida Lopes de Faria- vfaria@cemig.com.br
- Hendrick L. Mansur- hlmansur@ceivap.org.br
- Manoel Carlos D. Mello Justo- manoeljusto@yahoo.com.br
- Petrus B. Well- weel@dglnet.com.br
- Luiz Eduardo de Souza Leão- luizl@cetesb.sp.gov.br
- Dalto Favero Brochi- dalto.favero@agua.org.br
- Andre Elias Neto- andre@ctc.com.br
- José Roberto Guedes-guedes.idt@terra.com.br
- Alberto Jose M. Gomes- alberto.gomes@sanasa.com.br
- Francisco Martinez Junior- martinez@cth.usp.br
- Carlos A.S. Telles- cteles@srh.ba.gov.br
- Eneida Zanella- eneidaz@cetesb.sp.gov.br
- Regina Aparecida Ribeiro- planejamento@daesbo.sp.gov.br
- Alexandre Vilela-alexandre@agua.org.br
- Silvio José Marques- silvio.marques@sanasa.com.br
- Adauto J. Paião- adauto@agua.org.br
- José Roberto Tricoi- prefeito@atibaia.gov.sp.br
- Enio Antonio Campana- ec@aguasdelimeira.com.br
- Walter Antonio Becari- walterbecari@terra.com.br
- Marcelo Alexandre Costa Batista- marcelo.batista@agua.org.br
- Gilson Luis Merli- gn@aguasdelimeira.com.br
- Paula Costa Violante-pa@aguasdelimeira.com.br
- Sergio Razera- sergio@agua.org.br

- 53 ■ Eduardo L. Paschoalotti- epaschoalotti@am.ripasa.com.br
- 54 ■ Claudio A. de Mauro- claudiomauro@pop.com.br
- 55 ■ Dayana Ferreira- dayana@agua.org.br
- 56 ■ Aldo Carvalho Andrade- aldo@srh.ba.gov.br
- 57 ■ Patrick Thomas- patrick@ana.gov.br

58

59 **RELATORIA:**

- 60 ■ Ednaldo Mesquita Carvalho – SRH / MMA – Tel: (61) 4009-1809  
61 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

62

63 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

64

65 No dia 27 de Outubro do ano de dois mil e cinco, com início às 10:00h, a Câmara Técnica de  
66 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
67 – CNRH realizou sua 39.<sup>a</sup> reunião em Campinas, convocada há doze dias, sob a presidência do  
68 senhor Décio Michellis Júnior, tendo como relator o senhor Ednaldo Mesquita Carvalho com a  
69 presença de 12 dos seus membros e 28 convidados. Inicialmente, o Presidente da CTCOB deu as  
70 boas vindas a todos e passou a palavra para o representante da SANASA para fazer o mesmo. O  
71 Sr. Alberto Gomes disse que a SANASA e o Prefeito de Campinas se sentiam felizes com a  
72 presença mais uma vez da CTCOB na cidade. Comentou que o trabalho que fizeram nas bacias  
73 para se chegar às deliberações aprovadas honrou-o muito, pela forma democrática, participativa  
74 e transparente que transcorreram as discussões. Dando prosseguimento passou para todos um  
75 vídeo institucional da SANASA. *Item 1- Informes e aprovação da ata da 38.<sup>a</sup> reunião da*  
76 *CTCOB*-Retomando os trabalhos, o Sr. Décio perguntou se havia algum informe, não havendo,  
77 foi perguntado aos presentes se havia alguma correção ou alteração à minuta de ata da 38.<sup>a</sup>  
78 reunião da CTCOB, não havendo, foi aprovada a ata. *Item 2- Análise da deliberação n.º 25 de 21*  
79 *de outubro de 2005 dos Comitês PCJ*- Para iniciar as discussões em torno do tema, foi  
80 convidado um representante dos Comitês para fazer os esclarecimentos necessários sobre a  
81 matéria, no caso, fez uso da palavra o Sr. Luis Moretti, Secretário Executivo dos Comitês.  
82 Inicialmente, relatou o Sr. Moretti sobre todos os antecedentes que aconteceram até a aprovação  
83 das duas Deliberações pela plenária dos Comitês. Enfatizou que, em novembro de 1993, foi  
84 criado o primeiro comitê em São Paulo e desde aquela época já se pensava na cobrança pelo uso  
85 dos recursos hídricos. Como consequência, o governo Paulista criou o PL n.º 20 em 1998, que  
86 foi retirado, refeito e representado com o n.º 676 no ano 2000. Foi ainda relatado que na região  
87 sempre houve receptividade à Cobrança, por isso tanto o Comitê quanto o Consórcio foram por  
88 várias vezes à Assembléia Paulista, tentando fazer com que o PL tramitasse. Com a criação do  
89 Comitê federal em 2003, retomaram-se, com maior afinco as discussões em torno do assunto,  
90 principalmente após negociações que culminaram com a renovação da outorga do Sistema  
91 Cantareira. Cronologicamente foi dito pelo Secretário Executivo que foi criada a Câmara Técnica  
92 do Plano de Bacia CT-PB e nesta um Grupo de Trabalho para tratar a questão Cobrança, no caso  
93 GT-Cobrança. Este GT realizou 17 reuniões e 3 oficinas de trabalho no período 7/7/2004 a  
94 19/9/2005. As propostas de deliberação, preparadas pelo GT foram apreciadas pelas CT-PB e de  
95 Planejamento- CTPL. A filosofia adotada ao longo das discussões, foi sempre a de se obter  
96 mecanismos que levassem a valores que fossem passíveis de serem pagos. Em seguida, fez uso  
97 da palavra o Presidente dos Comitês, prefeito de Atibaia, Sr. José Roberto Tripoli que enfatizou  
98 que a expectativa que ele tem é que rapidamente possa ser tramitado naturalmente tudo que foi  
99 elaborado e aprovado, para permitir deflagrar o processo de intervenção. Retomando a  
100 apresentação, o Sr. Moretti abordou os principais aspectos que norteiam a deliberação já  
101 aprovada pelos Comitês. 1- A cobrança está condicionada à aprovação do Plano de Bacia, em  
102 revisão como novo horizonte temporal período 2004/2007. 2- Aprovação e criação da agência ou  
103 entidade delegatária, no caso o Consórcio PCJ, que por dois anos deverá desempenhar este papel,  
104 simultaneamente serão desenvolvidos os estudos e ações para a criação da Agência de Bacia. 3-

Definição dos usos insignificantes- Esta definição está vinculada ao instrumento outorga, se não há necessidade de outorga, aquele uso é insignificante. Como na região a quantidades de conflitos é grande, a fixação de uma vazão mínima não seria prudente como uso insignificante. Disse entendeu o comitê que esta questão precisa ser resolvida, a CTOL- CT de Outorga e Licenciamento, foi encarregada para em um prazo de dois anos apresentar metodologia para se determinar as vazões consideradas insignificantes .4- Progressividade da Cobrança- o que foi aprovado, após varias reuniões, foram valores graduais a serem pagos pelos usuários de forma gradual que não impactassem significativamente o setor, sem esquecer dos recursos necessários à sustentabilidade da agência. O valor mínimo a ser pago equivaleria à 60% do valor total, mesmo considerando que a validade da deliberação é de dois anos e a progressividade será de três anos, ou seja se mudarem os valores após dois anos, no terceiro ano o usuário pagará 100% do valor calculado.5- Beneficiários: como existem corpos de água em bacias de duas dominialidades, há uma previsão de arrecadação de R\$20 milhões anuais. Concluiu-se que todos os usuários podem beneficiar-se dos recursos, respeitando-se os critérios de hierarquização estabelecidos no anexo IV da deliberação. 6- Foram feitos também comentários sobre processos de regularização de usos e de campanhas de divulgação do instrumento cobrança.7- Aplicação dos recursos: Regras de hierarquização serão estabelecidas contando com a experiência do Fehidor na região que ao longo dos últimos anos aplicou R\$80 milhões nas bacias, foi informado que existe um GT específico já trabalhando na adequação daquelas normas. Anunciou uma previsão de aplicação de R\$15milhões ano, fora as contrapartidas, que na região são da ordem de 50%. 8- Contribuição Regional Voluntária- Seria feita pelos usuários dos Rios de dominialidade Estadual. As contribuições serão recolhidas ao FEHIDRO, que teria uma conta específica do PCJ. Sobre a motivação para os pagamentos voluntários, foi dito que os critérios de hierarquização serão feitos por pontos, quem paga voluntariamente terá pontuação extra e terá maior oportunidade para acessar os recursos. Legislação específica deverá ser aprovada nas prefeituras como hoje acontece nas contribuições feitas ao Consórcio PCJ. O Sr. Moretti ainda deu explicações sobre a correção de valores, parcelamento de débitos, abatimento de valores devido à diminuição de carga orgânica devido a investimentos para feitos com recursos próprios para minimizá-las. Da mesma forma, poderá ocorrer abatimento para usuários do setor rural que vierem investir em ações de conservação do solo e da água. Foi informado também que em caso de Transposição de água para outras Bacias, as transferências internas não serão cobradas, apenas as transferências externas. Sobre a expectativa de arrecadação, conforme planilha anexa, foi dito que há uma previsão de R\$19,5 milhões no terceiro ano, respeitando-se a progressividade, sendo que R\$12 milhões são decorrentes da transposição Sistema Cantareira.. Esta previsão é decorrente apenas das águas derivadas dos Rios e Reservatórios de domínio da União. Ainda no anexo I o Sr. Moretti detalhou todas as fórmulas a serem utilizadas para cálculo dos valores a serem cobrados. É importante registrar o conteúdo do Artigo 8.º do mesmo anexo no qual foi instituído o K-gestão, que será um coeficiente a ser utilizado, caso os recursos arrecadados não retornem na sua totalidade à Bacia. Dando continuidade, o Sr. Décio convidou o representante da ANA o Sr. Pedro Poccianti para fazer suas considerações. Foi dito pelo Sr. Pedro Poccianti que a ANA foi co-partícipe na elaboração da Deliberação, na pessoa do Sr. Patrick. Concluiu, dizendo que em princípio a Agência compartilha e endossa a Deliberação aprovada democraticamente pelos Comitês. Foi oferecida também a oportunidade para os representantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Como o Estado de Minas Gerais não se fez presente, apenas o Sr. Eliseu, representante de São Paulo, disse, após cumprimentar e parabenizar a todos, que apesar de alguns aspectos da deliberação não atendessem a legislação Federal vigente, entendia e respeitava o trabalho louvável que todos fizeram. Posteriormente, foi solicitado ao Relator da CTCOB, Sr. Ednaldo, que explicasse as providências tomadas até o momento para que as deliberações tramitassem normalmente, tanto na Secretaria Executiva do CNRH, quanto na ANA. Foi dito pelo Relator, no mesmo dia 21/10/05 em que o Plenário dos Comitês aprovaram as deliberações, as mesmas foram encaminhadas para os membros da CTIL e para a ANA preparar a nota técnica, conforme inciso VI do Art.4.º da Lei 9.984. Após, foi lido o ofício n.º

758/2005/SOC do Sr Patrick, da ANA, no qual o técnico relata que “A ANA, juntamente com os órgãos outorgantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais participaram ativamente da elaboração da proposta de deliberação em questão. Neste sentido, compartilhamo-nos integralmente com os termos da Deliberação que aprovou os mecanismos e critérios de cobrança pelo uso de recursos hídricos e propôs os respectivos valores”. Iniciados os debates, a Sra. Patrícia Boson comentou que sentia falta também, de um parecer jurídico da ANA, lembrou que recentemente o CEIVAP aprovou deliberação autorizando o parcelamento de débitos de usuários inadimplentes, e por não terem aprofundado as discussões, inclusive a ANA sobre os aspectos legais da decisão, houve necessidade de mudanças. Complementou que no caso da deliberação em questão, haviam aspectos legais que poderiam inclusive, serem impedidos de avançar pela procuradoria da própria ANA. Demonstrou preocupação com a pressa e complementou “quem quer que o sistema dê certo, tem que respeitar os aspectos legais”. Em seguida, a Conselheira fez os seguintes comentários: - nos considerandos, não houve nenhuma menção à Resolução n.º 48 do CNRH. - sobre a questão uso insignificante, Art 2.º da deliberação, como a questão está vinculada à cobrança, na forma em que o artigo está redigido, poderá suscitar dúvidas. Sugeriu em seguida, nova redação para o artigo.- Da mesma forma, sugeriu mudanças redacionais para o parágrafo 1.º do artigo 3.º.- Contribuição regional voluntária. Entende a Conselheira que o CNRH não pode aprovar o texto como está redigido no Art. 6.º. Recomendou que fosse feita nova redação, apesar de entender a intenção. - Ainda sobre o Anexo I, parágrafo 6.º, art. 1.º que trata sobre a possibilidade de se cobrar sem a outorga respectiva emitida, disse a conselheira que não é exequível, estaria sendo admitido que é possível fazer gestão sem a outorga.- Sobre cobrança em PCHs, artigo 6.º do anexo I, lembrou que a ANEEL tem parecer contrário e a ANA é a favor, sugere retirar a possibilidade até que a AGU se pronuncie.- Sobre o K gestão, sugerido no art.8.º do mesmo anexo I, acha a conselheira que há necessidade de melhor embasamento legal para instituir a possibilidade de não apagamento, sugere valores simbólicos ao invés de simplesmente suspender os pagamentos. Para todas as ponderações e questionamentos da Sra. Patrícia, a conselheira apresentou sugestões de redação e de solução para os problemas elencados. Em seguida, o Sr. Jairo Lousa iniciou suas ponderações, disse que o Comitê tem competência para fazer e propor, porque conhece as Bacias, abordou inicialmente a questão política por entender que o CNRH é um fórum político. Na sua opinião, a deliberação é boa, o propósito é bom que apresenta-se em princípio como complicado; quanto mais extensa é uma lei, norma ou deliberação mais propensa ela é a críticas e questionamentos. Não concordou com o que está proposto para o setor agrícola, acha uma tarefa difícil provar critérios de retorno dos recursos pagos em função de tecnologias adotadas pela propriedade agrícola. Finalmente, disse que o setor representado por ele não é contra a cobrança, desde que se respeite as condições regionais. O Sr. Francisco Lahós comentou que o que está sendo proposto é uma tentativa de ser iniciada uma segunda experiência nacional para a Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos, levando-se em conta toda a experiência adquirida na região com o FEHIDRO desde 1994. Ainda foi dito pelo Conselheiro que os pagamentos voluntários pelo uso da Água são decorrentes de experiências e pactos locais. Cada palavra do texto da deliberação é fruto de costuras políticas e técnicas. Solicitou a todos que permitam o avanço do comitê, mesmo que existam ainda alguns problemas. Os problemas serão remetidos para as Câmaras Técnicas específicas. Os problemas sempre vão existir e os ajustes serão feitos quando necessários. No início do período da tarde, o Conselheiro Guedes alertou que em qualquer circunstância a Lei 9.433 deve ser sempre olhada e consultada, levando-se sempre em conta a vontade de avançar e somar. Afirmou que a deliberação é importante e que as ponderações feitas podem ser posteriormente analisadas e corrigidas. Finalizou, dizendo que os conceitos sobre a água devem ser mudados, os valores a serem pagos serão muito inferiores, quando comparados com os impostos hoje pagos. Complementou, sugerindo aos presentes que o CNRH crie uma Câmara Técnica ou GT para coordenar e organizar a guarda da memória do CNRH e da implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos, seria a memória da água no Brasil. Em resposta àqueles que levaram pontos que suscitaram dúvidas, o Sr. Patrick da ANA explicou:- Sobre cadastro de usuários- Foi dito

que o DAEE já possui um grande volume de outorgas já fornecidas. Com base neste cadastro, seria feita a cobrança e pretende-se desencadear a regularização dos usos ainda em 2005. Aqueles usuários que ainda não possuem outorga poderão fazê-lo neste período. Disse ainda, que não vê ilegalidade na cobrança de usuários ainda não outorgados. Sobre a contribuição regional voluntária- entende o Técnico que é um mecanismo de cobrança como os demais, concorda que o comitê o faça e não vê nenhuma ilegalidade. Da mesma forma foi dito que o Kgestão, é também um mecanismo de gestão como o Krural. Sobre as PCHs, foi dito que o assunto gera dúvidas, porque a ANA já deu parecer favorável à cobrança, mas a ANEEL deu parecer contrário. Até que se apresente a solução por parte da AGU, ele é favorável que o Comitê deva proceder a cobrança. - Sobre a pressa ou rapidez para a aprovação da cobrança nas bacias, o Sr. Patrick disse que não concorda com o que foi dito. Lembrou que antes de se levar à plenária dos Comitês todos os detalhes da deliberação foram discutidos até a exaustão, todas as decisões foram tomadas após todos estarem convencidos. Sobre o ofício n.º 758/2005/SOC de 24/10/2005, enviado por ele à CTCOB, ele o fez, ouvindo a diretoria da ANA e seu superior e teve “carta branca” para colocar suas posições. Sobre a legalidade ou não de alguns pontos levantados, recomendou que estes pontos deveriam ser discutidos no fórum competente, no caso a CTIL, cabendo à CTCOB discutir apenas os aspectos técnicos. A Sra Patrícia ponderou que todos os presentes eram a favor dos avanços da política em especial da cobrança. Sobre o instrumento, disse que participou da sua implementação em outro Comitê, no caso o CEIVAP, e na qualidade de conselheira, terá direito a voto e veto quando da plenária do CNRH, portanto se estão ocorrendo dúvidas e questionamentos é melhor que os mesmos ocorram nas CTS para evitar atropelos futuros na Reunião Plenária. Alertou, citando problema recente decorrente de uma deliberação do CEIVAP sobre parcelamento de débitos. Aconteceram erros no processo de construção e a mesma teve problemas quando da sua apresentação à plenária do CNRH. Para a atual deliberação em análise, ela estava antevendo problemas que poderão aflorar futuramente. Se a CTCOB for apenas referendar o que vier do comitê, não se justifica a existência da CT, a intenção é de antecipar a maior riqueza do processo é a discussão, o diálogo e o aprendizado.(está muito esquisita esta construção)Em seguida, continuou suas ponderações:- Sobre a outorga e cobrança- ela não concorda que fique na deliberação a possibilidade de se cobrar de um usuário não outorgado, sugere nova redação, respeitando a resolução 48 do CNRH, da mesma forma, recomenda melhor posicionamento sobre usos insignificantes.- Contribuição regional voluntária- a Conselheira não concorda que esta definição seja entendida como mecanismo de cobrança. - Sobre a cobrança das PCHs, ela continuava discordando das posições colocadas, sugere que seja feita uma nova redação para o artigo. Complementou, dizendo que as mudanças sugeridas são de forma e afirmou que este é o caminho que poderá fazer com que o processo dê certo. O Presidente da CTCOB na qualidade de representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica disse inicialmente que a CTCOB procura agir sempre dentro da estrita legalidade, citando o inciso VII do artigo 49 da Lei 9.433 que cita como infrações e penalidades, “infringir normas estabelecidas no regulamento desta Lei e nos regulamentos administrativos, compreendendo instruções e procedimentos fixados pelos órgãos e entidades competentes” e finalmente ponderou “o comitê não define, ele propõe” a cobrança pelo uso da água. Em seguida, comentou sobre as 31 considerações que ele havia feito e encaminhado à deliberação 025/05 do Comitê PCJ, cada uma das considerações contém, *a não conformidade e a sugestão para a sua adequação*. Foram destacados os seguintes aspectos: - a não correlação dos condicionantes contidos na Resolução n.º 48 do CNRH com a deliberação em questão.- a definição de usos insignificantes.- Dúvidas de interpretação sobre a progressividade da cobrança.- Sobre o caput do Art.4º, foi ponderado pelo Sr. Décio que o CNRH só pode regulamentar o que está previsto na Lei 9.433. - Valores estimados por ausência de outorga.- Sobre cobrança em PCHs, foi dito que o Art. 52 da Lei 9.433 é conclusivo, é uma questão de legalidade, conforme parecer da ANEEL a respeito.- Sobre o Kgestão, ele também entende que o mesmo é ilegal, em função de pareceres anteriores da própria AGU. Após apresentação de forma resumida em função de tudo que foi analisado por ele, foi solicitado ao relator que

disponibilizasse sua análise para todos. Dando continuidade aos debates, o Consultor Cláudio Mauro agradeceu a vinda da CTCOB pela segunda vez à região, explicou que não tem sido muito fácil construir um Comitê na região que tivesse utilidade e unidade. Relembrou as dificuldades de negociação inclusive com a SABESP para a renovação da outorga da Cantareira, sabia que os avanços seriam necessários para a constituição da Cobrança na região e criação da Agência. Lembrou ainda, que o CNRH aceitou que dois rios Estaduais viessem a compor a unidade PCJ, sendo assim, há possibilidade inclusive para se encontrar argumentação para sustentação das ponderações levantadas. Sobre as questões levantadas pela Conselheira Patrícia e pelo Sr. Décio, iniciou comentando sobre a Cobrança Regional Voluntária- CV advoga que admitirá a possibilidade para aqueles que pagarem, obterem os recursos necessários às suas intervenções nas Bacias.- Sobre a definição dos usos insignificantes, acha que o assunto é complexo nas Bacias e na região e pode vir a ser equacionado à frente.- Sobre a progressividade dos pagamentos, está claro para ele que só a partir do terceiro após o início da cobrança, é que os usuários pagariam 100% dos valores devidos, mesmo com as alterações e adequações que deverão ocorrer depois de dois anos. Concluiu, dizendo que percebe que a maioria das questões levantadas são eminentemente de caráter legal e jurídica e devem ser levadas a sério e analisadas pelas consultorias jurídicas tanto dos Comitês, como da ANA e do MMA. As reflexões e sugestões serão acolhidas com todo o respeito e responsabilidade. Em seguida, o Secretário Executivo dos Comitês, Luiz Moretti, passou a discutir sobre cada um dos pontos levantados anteriormente, em especial os seguintes:- Com respeito às dúvidas decorrentes dos termos do parágrafo 6.º, do Art. 1.º, do anexo I que trata da cobrança/outorga, foi dito que a região considera de extrema importância da outorga e que em muitas circunstâncias, devido às documentações exigidas, a morosidade burocrática do processo é inevitável. Diante desta realidade e como citado no Art 20 da Lei 9.433, “serão cobrados usos dos Recursos Hídricos sujeitos à outorga”, portanto o texto do anexo da deliberação está compatível. Contribuição regional voluntária- recomendou que seja permanecida, porque faz parte do processo de gestão negociado nas bacias, por isso a deliberação é conjunta, pensando em termos de bacias e gestão. Sobre a definição de usos insignificantes- Como técnico da área no DAEE, relatou que a região é de conflitos pelo uso da água, por isso recomendaram que na atual conjuntura todos os usos são considerados insignificantes e todos passíveis de outorga. Estudos serão feitos ao longo dos próximos dois anos na busca de valores possíveis de serem considerados insignificantes. Sobre a utilização dos recursos da cobrança, como contrapartida para o Prodes, disse que esta possibilidade existe e está prevista em contratos firmados entre Prefeituras e ANA. A Sra. Patrícia voltou a insistir que suas colocações procedem e apresentou diversas sugestões de redação na busca de coerência com a resolução n.º 48 do CNRH. O Sr. Sérgio Razera comentou sobre o tema divulgação da cobrança e sua importância. Relatou que, na região, o assunto já é vencido, porque há muito vem sendo discutido. Foram citados vários momentos onde o tema foi abordado em campanhas, seminários e reuniões. O processo está institucionalizado, garantiu que todas as pré condições à cobrança irão existir e serão aprovadas antes do dia 31/12/2005. O Sr. Rodrigo Speziali relatou sobre reunião realizada no dia anterior no MMA, envolvendo a ANA e SRH, na qual foi informado que o Ministério do Planejamento deu destaque especial, além dos limites estabelecidos para o MMA, para os valores a serem arrecadados com a cobrança, inclusive aqueles decorrentes da implementação da Cobrança nas Bacias da Região. Comunicou ainda o Sr. Rodrigo que no Decreto de Contingenciamento em fevereiro, é possível que a fonte 116, onde os recursos da cobrança são abrigados, não conste como passível de contingenciamento. Sra. Patrícia entregou por escrito todas as suas sugestões de mudança de redação na deliberação feitas por ela e disse que era para evitar maiores polêmicas na reunião da CTIL a ser realizada proximamente. Recomendou a retirada do Art. 6.º da resolução que trata da Cobrança Regional Voluntária, por entender que é uma decisão regional e que certamente o CNRH não iria manifestar-se sobre o assunto. Como encaminhamentos finais, foi proposto pelo Presidente da CTCOB o seguinte:- Seria elaborado um ofício da CTCOB à CTIL com um considerando de não cumprimento pela ANA do que determina o inciso VI do Art. 4.º da Lei 9.984. Devendo ser

313 elencados como destaques os seguintes itens que suscitaram dúvidas e que foram esclarecidos à  
314 CTCOB, pelos membros dos Comitês PCJ e representantes da ANA presentes à reunião: A  
315 progressividade da Cobrança - parágrafo 1.º do Art. 3.º. A cobrança para as Pequenas Centrais  
316 Hidrelétricas - PCHs, conforme Artigo 6.º do anexo I. A Cobrança da Água pelos volumes  
317 captados e transpostos- Artigo 7.º do Anexo I. Comentar ainda no ofício que, entretanto a  
318 CTCOB recomenda atenção especial à CTIL, frente à sua responsabilidade atribuída na  
319 Resolução n.º 4, de 10 de junho de 1999 que é a de *“acompanhar, analisar e emitir parecer*  
320 *sobre a Legislação Nacional de Recursos Hídricos”*. Explicitar que durante os debates ocorridos  
321 nesta reunião da CTCOB, as principais questões levantadas sobre a extrema e estrita legalidade e  
322 a segurança jurídica da Deliberação n.º 025/05 do CBH PCJ, foram: Estabelecimento dos usos  
323 insignificantes- Art.2º; Contribuição Regional Voluntária- Art. 6.º; Cobrança em situações de  
324 ausência de outorga- Anexo I, parágrafo 6.º do Art.1.º; Coeficiente de Gestão- Anexo I, Art. 8º e  
325 Habilitação para receber recursos arrecadados, Anexo IV, inciso V, artigo 1º. Com a aprovação  
326 dos encaminhamentos propostos, foi encerrada a reunião às 17:45h. Mais uma vez, o presidente  
327 da CTCOB agradeceu a presença de todos e à SANASA pelo convite e apoio para a realização  
328 da 39.ª reunião da CTCOB.

329  
330 Ata aprovada na 40.ª reunião da CTCOB, dia 23 de novembro de 2005.

331  
332  
333  
334 Décio Michellis Júnior  
335 Presidente da CTCOB

336  
337  
338 Ednaldo Mesquita Carvalho  
339 Relator da CTCOB  
340